

**José Miguel Correia Noras**

Investigador Associado ao Centro de História  
da Faculdade de Letras da  
UNIVERSIDADE DE LISBOA



**Sobre os sistemas monetários portugueses  
e o “dinheiro de emergência de Almeida”**

8.º Seminário Internacional “Fronteiras e Fortalezas”  
**CEAMA - Almeida**  
Agosto de 2014

## **Dedicatória a uma instituição e a cinco personalidades de quem sou velho admirador e já insolvente devedor**

*Ao Fórum dos Numismatas, sempre disponível para alcançar os horizontes onde se situam as chaves da ciência numismática, por mais obstáculos que, a cada horizonte descoberto e vencido, possam surgir.*

*Aos Senhores Professor António Baptista Ribeiro, Presidente da Câmara de Almeida, e Dr. José da Costa Reis, Presidente da respectiva Assembleia Municipal, ambos autarcas modelo e modelos de amigo, por serem espelhos de virtudes éticas, onde a exemplaridade do carácter atinge a sua plenitude.*

*Aos Senhores Professores Doutores Adriano Vasco Rodrigues e João Campos e ao Dr. Joaquim Martinho da Silva, como testemunho de gratidão pelas inúmeras lições tão generosamente proporcionadas a este seu “velho aluno”.*

# Sobre os sistemas monetários portugueses e o “dinheiro de emergência” de Almeida

José Miguel Correia Noras<sup>1</sup>

*nas imagens das Moedas e suas inscrições  
se conserva a memória dos tempos  
mais, que em nenhum outro monumento*

Manuel Severim de Faria<sup>2</sup>

O “Castelo de D. Dinis”, em Almeida, objecto de recente investigação pelo Doutor Arquitecto João Campos<sup>3</sup>, foi edificado quando as *libras*, os *soldos* e os *dinheiros* prevaleciam no sistema monetário nacional. A cada *libra* correspondiam, nessa época, 20 *soldos* e a cada *soldo*, 12 *dinheiros* de conta (nove *dinheiros* em espécie), constituindo o *dinheiro* a respectiva unidade monetária. “El Rey dom denis começou de reynar na era de cesar de 1317 anos, e reynou 46 anos e viueo 64 anos; e em viuendo este Rey dom denis se corriam nestes Reynos dinheiros velhos, que 12 delles valliam huum soldo e 20 destes soldos faziam hua libra.”<sup>4</sup> Estávamos, então, em presença do primitivo sistema monetário português, cuja origem carolíngia, importada através do Condado de Barcelona, vigorou durante toda a primeira dinastia.

---

<sup>1</sup> Investigador associado ao Centro de História da Universidade de Lisboa. Veja-se nota biográfica inserta no final do presente trabalho.

<sup>2</sup> Manuel Severim de Faria, *Noticias de Portugal*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa Occidental: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1740, pp 144 e 145.

<sup>3</sup> *Almeida – O Castelo de D. Dinis, Fronteira de Portugal*, da autoria do Professor Doutor João Campos, foi lançado no dia 23 de Abril de 2014, em sessão solene realizada no Centro de Estudo de Arquitectura Militar de Almeida, com a presença da Presidente da Comissão Nacional Portuguesa do ICOMOS, dos presidentes da Câmara e da Assembleia Municipal de Almeida, do Arquitecto Fernando Cobos-Guerra e dos Professores Adriano Vasco Rodrigues e José Blanco, tendo cabido ao autor desta comunicação o privilégio da apresentação do livro em causa.

<sup>4</sup> Segundo o texto de abertura do “Documento comprovativo N.º 32”, apresentado por A. C. Teixeira de Aragão em *Descrição geral e histórica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal*, 2.<sup>a</sup> ed., Tomo I, Porto, Livraria Fernando Machado, 1964, pp. 374 a 381. Trata-se de um extenso documento monetário, existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, a que foi dado o título *Remessa de Santarém n.º 16*. Apesar de não datado, poderá constituir a resposta da Câmara de Santarém à consulta efectuada, em 1470, quando D. Afonso V decidiu estabelecer nova doutrina sobre a moeda portuguesa. É um documento da maior importância para os estudos numismáticos, não só por se tratar, muito provavelmente, da única resposta àquela consulta que chegou aos nossos dias, mas também pelas abundantes informações que fornece sobre as moedas portuguesas até então lavradas. A este propósito, é interessante notar a referência específica aos *dinheiros* de D. Afonso IV, confirmando as referências de Fernão Lopes sobre estas moedas na sua *Crónica de D. Fernando*, em contradição com a tese de Agostinho Gambetta que nega a existência da numária do vencedor do Salado.

Embora tenhamos presente a determinação de D. Afonso Henriques, concedendo “direito de moeda” a Paio Mendes, arcebispo de Braga, ainda em 1128, logo após a sua vitória em S. Mamede, ignoramos a data em que tenham sido lavradas as primeiras amoedações em nome do “Fundador da Nacionalidade”. Aliás, os privilégios atribuídos a Paio Mendes têm merecido diferentes interpretações. Com efeito, não se conhecendo qualquer espécime autêntico, resultante da mencionada concessão de “direito de moeda”, há correntes favoráveis ao entendimento de que ao arcebispo de Braga somente cometessem uma participação nos lucros das amoedações localmente efectuadas e a responsabilidade da sua apertada vigilância. Porém, os termos da concessão de D. Afonso Henriques, idênticos aos da benesse facultada por Afonso VI ao arcebispo Diego Gelmirez, não afastam a possibilidade de a mitra bracarense ter recebido e concretizado o direito de amoedar. Por sua vez, tendo o príncipe D. Afonso Henriques (em momento bem anterior à sua ascensão a Rei de Portugal) outorgado, a outrem, privilégios financeiramente tão relevantes, custará a crer que deles não tenha tirado proveito próprio, beneficiando dos lucros de cada lavramento monetário. Estes factos sugerem-nos a forte probabilidade de as primeiras emissões monetárias portuguesas serem anteriores a 1140, ou seja, precedendo o período em que D. Afonso Henriques passou a usar o título de Rei. No entanto, a existência de diferentes espécimes (como os encontrados na envolvência de Almeida, em Atalaião e em Santarém) sem referência à expressão “REX”, não nos autoriza, por si só, a afirmar categoricamente que estamos perante numismas cunhados em nome do Príncipe D. Afonso Henriques (no período de 1128 a 1140). Na verdade, “é razoável aceitarmos que os exemplares sem referência completa (“REX”) ou abreviada (“R”) ao título de rei possam corresponder ao período compreendido entre 1128 e 1140. Contudo, esta hipótese só ficará comprovada quando descobertos elementos documentais coevos e adquiridos conhecimentos seguros quanto à talha e à lei deste núcleo tão restrito de espécimes monetários, ou quando encontradas moedas em contextos arqueológicos perfeitamente datáveis”<sup>5</sup>. Nenhuma das dúvidas colocadas sobre este assunto afasta, porém, a certeza quanto à vigência no território português de um sistema que fora preconizado por Carlos Magno e seguido na generalidade dos reinos peninsulares durante a Idade Média.

---

<sup>5</sup> José Miguel Correia Noras, “Contributos de Santarém para a Numismática Portuguesa” em *Temas de História do Distrito de Santarém – Comunicações apresentadas ao I Colóquio sobre História Regional do Distrito de Santarém (1987)*, organização e introdução de António Pedro Manique, Santarém: Escola Superior de Educação de Santarém, 1987, pp. 99.

Conquanto a presente comunicação verse, igualmente, os dois sistemas monetários posteriores, assentes no *real* e no *escudo* como suas unidades, optámos por fazer uma incursão mais prolongada no “território” do *dinheiro* (unidade fundamental do primeiro sistema monetário), dos *soldos* e das *libras* (constituindo estas, tal como os *soldos*, unidades derivadas do sistema em causa). Desta viagem ao passado medievo, trouxemos lembranças de *morabitanos*, de *dobras*, de *dobras pé terra*, de *meias dobras pé terra* e de *gentis*, todos espécimes de ouro, sem esquecer as amoedações em prata, especialmente o polémico *real* de D. Beatriz<sup>6</sup>. Quanto aos *morabitanos*, não será descabido afirmar que as primeiras cunhagens tenham decorrido, sob indicação de D. Sancho I, entre 1185 e 1188. Mas, contrariamente ao que surge na documentação castelhana (de 1172) e aragonesa (de 1177), que prima pelo rigor das informações numismáticas, as sucessivas disposições testamentárias de D. Sancho I, das quais a última foi lavrada em 1210, não nos permitem extrair dados exactos quanto às primeiras emissões deste numerário. Uma outra questão prende-se com alegadas cunhagens de *morabitanos* em nome de D. Afonso Henriques. Todavia, a serem consideradas falsificações do século XIX as espécies com tal denominação supostamente cunhadas em Braga, poderemos sustentar que coube, de facto, a D. Sancho I, e não a seu pai, proceder aos primeiros lavramentos monetários em ouro, no nosso país, um feito repetido por dois sucessores, D. Afonso II, seu filho, e por D. Sancho II, seu neto, embora muito provavelmente numa escala bem menor, de acordo com fontes fidedignas. Até aos nossos dias, chegaram aproximadamente 80 exemplares de *morabitano* de D. Sancho I, cerca de uma dezena de exemplares atribuídos a D. Afonso II e somente um exemplar da moeda áurea de D. Sancho II. É nos numismas de D. Sancho I que aparecem, pela primeira vez, os escudetes carregados com besantes. As quinas surgem, originalmente, na numária de D. Dinis, embora só no reinado de seu filho, D. Afonso IV, se produza doutrina quanto à sua utilização.

A primeira *dobra de ouro*, emitida em nome de D. Pedro I, foi cunhada, segundo Fernão Lopes, em ouro fino. Destas emissões nenhum exemplar chegou até nós,

---

<sup>6</sup> Sobre este tema, vejam-se os seguintes estudos de José Miguel Correia Noras: “A new hypothesis on the origin of the *real* issued in the name of Beatriz, Queen of Castile and Portugal” em *Problems of medieval coinage in the Iberian Area*, Aviles: Sociedad Numismatica Avilesina/Instituto de Sintra, 1986, pp 155 a 163; e *Real de D. Beatriz batido em Santarém?*, Lisboa: Numisma, 1988. A bibliografia da especialidade, publicada a partir de 1986, passou a apresentar Santarém como a hipótese mais fundamentada no que respeita à origem do *real* de Beatriz, a única moeda medieval cunhada no Vale do Tejo que chegou aos nossos dias. Este espécime constitui a excepção feminina na vastidão dos retratos régios de toda a numária medieval na área ibérica.

conquanto Manuel Severim de Faria<sup>7</sup> tenha assegurado, nas suas *Notícias de Portugal*, ser feliz possuidor de um exemplar da *dobra de ouro* do “rei justiceiro”.

A produção de *dobras pé terra*, de *meias dobras pé terra* e de *gentis* coube a D. Fernando I, autor de significativas reformas tipológicas e metrológicas na numária nacional.

Ao contrário do que viria a ocorrer na dinastia iniciada em 1385 com D. João I, Mestre de Avis, durante toda a primeira dinastia não foram cunhadas moedas em metais exclusivamente pobres. A par das abundantes emissões de *dinheiros*, efectuadas em bolhão, uma liga de prata baixa, e da escassa produção monetária em ouro, a que já aludimos, foram cunhados espécimes de boa prata nos reinados de D. Dinis (caso do *tornês*) e de D. Fernando (como são os exemplares dos *fortes*, *meios fortes*, *reais* e *meios reais*). Neste último reinado, foram igualmente introduzidas diferentes espécies monetárias — *pilartes*, *graves*, *barbudas*, *meias barbudas*, *meios torneses atípicos*, *torneses de busto*, *meios torneses de busto*, *torneses de escudo*, *meios torneses de escudo*, *reais brancos* e *meios reais brancos* — resultantes, tal como os *dinheiros*, de cunhagens em bolhão, embora com um teor de prata significativamente maior.

Do quilate de todas estas espécies monetárias brota um fascínio que desperta merecidas atenções e justifica novos estudos. Cada passo nesta investigação pode ser comparado à chegada da Primavera porque a história constituiu, de forma inequívoca, a coluna vertebral da própria vida.

Durante o 1.º Interregno, coincidindo com a crise de 1383-1385, verificaram-se cunhagens em nome de D. Beatriz, filha de D. Fernando, e em nome de D. João, Mestre de Avis, filho bastardo de D. Pedro I e futuro rei de Portugal. De entre todas, a mais polémica e curiosa é a moeda emitida em nome da rainha D. Beatriz, denominada *real*, *Beatriz* ou, simplesmente, *Beatrizinha*, devido ao aspecto juvenil com que a rainha surge retratada. Tal numisma foi descrito, pela primeira vez, por Aloïsse Heisse<sup>8</sup>, em 1865, atribuindo, sem qualquer base de sustentação, esta relíquia da numismática medieval à cidade de Sevilha.

---

<sup>7</sup> Segundo Manuel Severim de Faria, “tanto pesão as dobras daquelle tempo que ainda hoje se conservão, de que eu tenho huma”, conforme poderemos ler na sua obra *Noticias de Portugal*, 2.ª ed., Lisboa Occidental: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1740, p. 171.

<sup>8</sup> Heisse, Aloïsse, *Discripción general de las monedas hispano-cristianas desde la invasion de los árabes*, Vol. I, Madrid: Milagro, 1865, p. 75.

O *real* de Beatriz ostenta as letras monetárias referentes ao local de cunhagem, no seu anverso, contrariando o que era regra em Castela. Aí, as letras identificativas das origens monetárias eram apostas justamente no reverso.

Entretanto, a tradição portuguesa, essa sim, assentava na inscrição das letras da cidade emissora na face principal da moeda (anverso), tal como poderemos observar em *Beatriz*.

À frente do rosto desta espécie numismática, encontra-se a letra “S”. Atrás da mesma efígie, poderemos ver a letra “A”. Estas duas letras constituem, em termos monetários, as iniciais de SAntarém.

Aloïss Heiss tratou esta moeda medieval como um lavramento de Sevilha. Por certo, desvalorizou os seguintes detalhes (ou deles não se apercebeu):

1 – as letras monetárias, em Sevilha, eram (como em todo o território de Castela) colocadas no reverso e não no anverso das respectivas cunhagens. Por outro lado, a assinatura monetária desta cidade castelhana correspondia à letra “S”, aposta no reverso, e não às letras “SA”, cunhadas no anverso das emissões;

2 – o retrato real, inscrito nas moedas, durante toda a Idade Média, constituía um direito exclusivo do membro do casal régio que herdara o trono e não do seu consorte (D. Beatriz casara com D. João I, de Castela). Assim, a moeda (*Beatriz*) não poderia ser sevilhana.

3 – Tratando-se de uma moeda portuguesa, *Beatriz* dificilmente teria sido cunhada fora do nosso país, nem possuiria curso legal em Castela;

4 – Fernão Lopes<sup>9</sup> escreveu, na *Crónica de D. João I*, que, estando D. Beatriz (filha de D. Fernando I) e D. João I, de Castela, em Santarém, “teve elRei comsselho de fazer moeda”.

5 – Em oposição, o cronista castelhano Lopez de Ayala nunca se referiu a qualquer moeda de *Beatriz* cunhada em território de Castela;

6 – a realidade política da época (1384) tornava altamente improvável que, nessa fase da crise sucessória, D. Beatriz cunhasse moeda de Portugal em “terras de Espanha”;

---

<sup>9</sup> Fernão Lopes, *Crónica del Rei dom João I da boa memória*, primeira parte Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973, p.113.

7 – a imprudência que esta cunhagem — a ser castelhana — revelaria contrariava o bom senso e os cuidados diplomáticos até então evidenciados em todos os aspectos monetários ligados à sucessão do trono de Portugal;

8 – a falsificação estatal de moeda que esta cunhagem representaria, caso fosse proveniente de Castela (Sevilha).

O “*real de Beatriz*” (também conhecido por *Beatriz* e por *Beatrizinha*) foi, como tudo leva a crer, emitido entre 12 de Janeiro e 14 de Outubro de 1384, ou seja, durante o período em que Santarém constituiu a base operacional dos reis de Castela – D. João I e D. Beatriz – na sua luta pelo trono de Portugal. Actualmente, são conhecidos cinco exemplares desta jóia saída da “ourivesaria numismática portuguesa”.

Com a segunda dinastia, começa o demorado processo de transição para o sistema moderno, com fases de acentuadas mudanças, verdadeiramente excepcionais, como as estabelecidas por D. João I, por D. Duarte e por D. Afonso V.

Não obstante a ocorrência de tais medidas, o processo de construção do segundo sistema monetário, assente no *real*, foi lento e complexo. A sua primeira pedra consiste, a nosso ver, no fim das cunhagens de *dinheiros*, bem como no início de lavramentos em cobre. Alguns autores, como Pedro Batalha Reis e Joaquim Ferraro Vaz, para lembrar somente dois dos maiores vultos da investigação numismática em Portugal, consideraram o *ceitil*, espécie produzida por D. Afonso V, como a primeira moeda exclusivamente de cobre, em Portugal. Porém, coube a D. João I mandar proceder ao lavramento dos chamados *reais pretos*, os *reais de três libras e meia*, que constituíram, estas sim, as primeiras amoedações em cobre efectuadas no nosso país<sup>10</sup>. O aparecimento em cena do *real preto* ou *real de três libras e meia* coincidiu, grosso modo, com o fim da primeira unidade monetária portuguesa, o *dinheiro*, que vigorara, ininterruptamente, durante toda a primeira dinastia.

“Considerando que a introdução do cobre representa o alicerce estrutural para a transição entre os dois primeiros sistemas monetários do nosso país, torna-se, então, obrigatório reconhecer o alcance e o detalhe das referências contidas a este propósito na mencionada *Remessa de Santarém*. Da sua leitura não restam dúvidas: as primeiras moedas de cobre portuguesas denominavam-se *reais pretos* (não *ceitis* como diferentes autores, erradamente, sustentaram) e valiam *três libras e meia*, ou seja, a décima parte

---

<sup>10</sup> Mário Gomes Marques, *História da Moeda Medieval Portuguesa*, Sintra: Instituto de Sintra, 1996, p. 11



de um *real branco*. Curiosamente, a relação entre o valor nominal destas duas moedas de D. João I aparece, implicitamente, questionada na *Remessa de Santarém*. O acerto desta posição não poderia ser mais oportuno, uma vez que, para o redactor daquele documento camarário, a proporção do valor intrínseco das duas moedas era de um *real branco* para trinta *reais pretos*. Com o auxílio de tecnologia de ponta, sabe-se, hoje, decorridos mais de 500 anos, que essa relação (atentos os pesos das duas espécies em análise e os valores intrínsecos dos respectivos metais) deveria ser de um *real branco* para trinta e dois *reais pretos*.<sup>11</sup>

Cumpre-nos, todavia, salientar que o facto de o *real preto* se instituir, no reinado de D. João I, como primeiro suporte para o despontar de um novo sistema não afastou, de imediato, a circulação de *dinheiros* da primeira dinastia, nem inviabilizou a efectivação de cálculos tendo o *dinheiro* como unidade de conta.

Relativamente às desvalorizações monetárias, importa escutar a voz autorizada de Joaquim Veríssimo Serrão<sup>12</sup>: “Com D. João I a desorientação monetária complica-se, bastando dizer que esse rei foi quem mais vezes mandou quebrar moeda. O marco de prata, que no reinado anterior atingira 195 libras, vemo-lo elevar-se agora a 1173. São célebres as cunhagens e recunhagens mandadas efectuar no tempo de D. João I”.

Movido pelo propósito de atenuar profundas e reiteradas crises financeiras, “Até ao fim do seu reinado, longo de quase meio século, D. João I nunca deixou de recorrer à degradação da moeda para solucionar os problemas de liquidez de um erário que parece ter estado, permanentemente, à beira da bancarrota”, de acordo com Mário Gomes Marques<sup>13</sup>, regente dos I Cursos Livres de Numismática ministrados no Instituto Politécnico de Santarém, durante a década de 80 do século XX.

Esta política monetária joanina revelou-se, contudo, indispensável para acudir ao esforço de guerra e, cumulativamente, às exigências financeiras que o “arranque” da expansão impunha à “fazenda nacional”. Efectivamente, logo que obtida a paz, ainda com D. João I, a desvalorização da moeda portuguesa passa a ser bem menor e menos frequente, situando-se em cerca de 5% ao ano.

---

<sup>11</sup> José Miguel Correia Noras, *A Remessa de Santarém e as moedas do tempo do Infante Santo*, Santarém: Edição do autor, 2003, pp.4 e 5.

<sup>12</sup> Joaquim Veríssimo Serrão, *Numismática*, Lisboa: Círculo de Estudos Arqueológicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1961, p. 101.

<sup>13</sup> Mário Gomes Marques, ob. cit., p. 182.

Para conveniente apreciação das variações operadas com a quebra de moeda, concebemos e publicamos, de seguida, um quadro contendo, igualmente, as desvalorizações impostas por D. João, Mestre de Avis, ainda enquanto Regedor e Defensor do Reino.

### Desvalorização da moeda com D. João I

|                |                     |  |
|----------------|---------------------|--|
| De 1383 a 1384 | 21%                 | Período que corresponde à crise de 1383-1385, anterior à aclamação de D. João I como rei de Portugal.                |
| 1384           | 33,3%               |  |
| De 1384 a 1385 | 41%                 |  |
| De 1386 a 1389 | 12%                 | Estabelecida a paz com Castela, passa a verificar-se uma nítida tendência de redução das desvalorizações monetárias. |
| De 1389 a 1393 | 6%                  |  |
| De 1393 a 1398 | 12%                 |  |
| De 1398 a 1406 | 10%                 |  |
| De 1406 a 1411 | 1,5%                |  |
| De 1411 a 1414 | 10%                 |  |
| De 1414 a 1415 | 12%                 |  |
| De 1415 a 1433 | Cerca de 5% por ano |  |

No início do reinado de D. João I, o *soldo* era representado por 6000 grãos de prata. No final do mesmo reinado, bastariam sete grãos de prata para corresponder à citada moeda de conta. Só por si, tamanha degradação atestaria o acerto das apreciações publicadas, sobre este assunto, por Fernão Lopes, Joaquim Veríssimo Serrão e Mário Gomes Marques.

No plano monetário, as medidas concretizadas por D. João I dão uma resposta inequívoca e afirmativa à seguinte pergunta de Joaquim Veríssimo Serrão<sup>14</sup>: “haveria uma razão económica, a falta de numerário, nas causas que nos levaram a Ceuta?”

O legado de D. João I, no domínio numismático, assenta, sobretudo, na criação da primeira moeda só de cobre – *real preto* – e no lançamento do *real branco* ou *real de 35 libras*, cuja existência representa, de igual forma, uma das novidades mais emblemáticas da numária joanina, “chave” que abriu a segunda dinastia e as portas ao novo sistema monetário do nosso país.

<sup>14</sup> Joaquim Veríssimo Serrão, ob. cit., p. 102.

No mesmo registo, cumprirá referir o aparecimento das primeiras moedas de *escudo* da segunda dinastia, mediante cunhagens ordenadas por D. Duarte, as quais não terão, contudo, alcançado o sucesso ambicionado e suscitaram um complexo de motivações e de interrogações que os especialistas ainda hoje discutem.

Independentemente das dúvidas levantadas com tais lavramentos em ouro, é forçoso destacar a sistematização monetária empreendida por D. Duarte, não obstante a fugacidade da sua passagem pelo trono português. A principal reforma devida a este monarca ficou marcada pela relação (“decimal”) estabelecida entre as moedas de cobre, de bolhão e de prata. A 10 *reais pretos* (cobre) correspondia um *real branco* (bolhão) e 10 *reais brancos* (bolhão) equivaliam a um *leal* ou *real de 10 reais brancos*, batido em prata de boa lei, liga de 11 *dinheiros*, o que explica a denominação de *leal*. Conquanto a relação fixada entre estas duas últimas moedas fosse bastante exacta — o valor intrínseco do *real branco* equivaleria, em rigor, a um décimo do *leal* — permaneceu a discrepância no que se refere ao valor do *real preto* versus *real branco*. Sendo o valor intrínseco do *real branco* 32 vezes superior ao do *real preto*, insistiu-se na proporção já citada de 10 *reais pretos* para um *real branco*.

A grelha de valores adoptada para o numerário de D. Duarte, que em 1434 instituiu o sistema do *real* (baseado no *real branco* como unidade de conta), permite afirmar que estamos confrontados com um “sistema decimal precoce” e perante um monarca que, não obstante a limitação temporal do seu reinado, contrariou a “desordem monetária” herdada, mediante a introdução de critérios de grande racionalidade no plano monetário. A fim de garantir o sucesso das emissões de boa prata (dos chamados *leais*), D. Duarte renunciou, inclusivamente, aos benefícios da senhoriagem (lucro da amoedação). Esta medida traduziu-se num forte incentivo aos lavramentos de prata de boa lei que se encontrava, mais frequentemente, na posse dos privados.

Durante a segunda dinastia, uma das questões mais complexas, no que toca ao ouro amoedado, relaciona-se precisamente com o *escudo* de D. Duarte. Conforme assinalámos em 11 de Março de 2005, numa comunicação apresentada no Museu Regional de Lamego<sup>15</sup>, não se conhece qualquer exemplar do *escudo* de D. Duarte. Embora o cronista Rui de Pina tenha mencionado detalhes rigorosos sobre a sua

---

<sup>15</sup> Versando esta matéria, poderemos ler, da minha autoria, o estudo “Ouro Português e Português de Ouro”, *O Ouro na Cultura Portuguesa*, Lamego: Museu de Lamego/Escola Superior de Educação de Viseu (Pólo de Lamego), Lamego, 11 e 12 de Março de 2005 [policopiado].

emissão, a verdade é que deste espécime existe apenas uma representação setecentista (em gravura) mandada elaborar por D. António Caetano de Sousa. Esta gravura foi sucessivamente copiada, em diferentes catálogos, com ligeiras modificações. Por sua vez, o pseudo ensaio em prata do *escudo de ouro* de D. Duarte, que integra o acervo da Universidade de Leiden, não passa disso mesmo: uma falsificação produzida a partir da gravura acima citada.

Segundo Rui de Pina<sup>16</sup>, o *escudo de ouro* de D. Duarte foi emitido com a lei (ou toque) “de 18 quilates, de que cincoenta faziam o peso de um marco”. Assim, “talhada em 50 cada marco” e possuindo 69,1 grãos de ouro puro, a moeda em causa corresponderia a 130 *reais brancos* e a 13 *leais* ou *reais de 10 reais brancos*.

Esta emissão de D. Duarte (1433-1438) reintroduziu as cunhagens em ouro na numária portuguesa, as quais haviam sido interrompidas no reinado de D. Fernando. Tem, ainda, a particularidade inerente ao ineditismo da denominação monetária, dado que, até então, nenhuma outra moeda portuguesa fora cunhada com o nome de *escudo*.

Essa denominação voltaria a ser emitida por D. Afonso V, que cunhou *escudos* em Lisboa e no Porto. Os seus *escudos* tiveram a companhia de moedas, igualmente de ouro, com aproximadamente metade do peso — os preciosos *meios escudos*, de que apenas são conhecidos dois exemplares.

Ainda no reinado de D. Afonso V (transição da Idade Média para a Idade Moderna), surge a primeira moeda portuguesa que, já afastada do padrão da *dobra*, exhibe elementos inovadores, podendo mesmo ser considerada uma moeda moderna — o *cruzado de ouro*. Metaforicamente, este cruzado representa como que a carta de alforria monetária de Portugal relativamente ao numerário da Península Ibérica, passando a alinhar-se pelo padrão seguido nas grandes metrópoles italianas. No seu anverso, destaca-se a simbologia heráldica portuguesa, numa moldura polilobada, enquanto, no reverso, uma moldura de bonito recorte gótico envolve uma cruz grega lisa. É justamente a partir deste reinado que o numeral passa a constar no letreiro das moedas, facilitando a sua identificação, especialmente quando em presença de numismas emitidos por soberanos homónimos e das mesmas casas reinantes.

---

<sup>16</sup> Rui de Pina, *Chronica d'El Rei D. Duarte*, col. Bibliotheca de Classicos Portuguezes, Lisboa: Escriptorio, 1901, p. 41.

As cunhagens em ouro prosseguiram com D. João II e, até ao reinado de D. Luís<sup>17</sup>, nunca mais foram interrompidas. Nos desenhos que estiveram na origem das novas moedas, trabalharam artistas de renome como António de Holanda, Francisco de Holanda, a quem devemos os *São Vicentes*, e Vieira Lusitano, que produziu o retrato de D. João V para a admirável série monetária do “rei magnânimo”.

Um outro feito verificado na segunda dinastia, de relevante significado histórico e económico, consistiu na “adopção”, em 1436, do *conto de reais*<sup>18</sup> (posteriormente, um *conto de réis*) como moeda de conta, correspondente a um milhão de reais (mais tarde, milhão de réis).

A marcha do novo sistema passou pelo *ceítal* de D. Afonso V. Atendendo à “massificação” dos lavramentos em cobre que esta nova espécie monetária representou, revelou-se de grande importância na economia. A sua imagem de marca é constituída pelo mar e pelas torres de Ceuta. Porém, contrariando as “pretensões do coleccionismo temático”, não se trata de um espécime comemorativo da conquista de Ceuta, em 1415. As origens e a evolução desta moeda emitida pelo “monarca africano” foram objecto de aturada investigação por Francisco da Costa Magro<sup>19</sup>, personalidade incontornável nos estudos numismáticos em Portugal.

Como vimos, o demorado processo de transição para o sistema moderno começou na segunda dinastia, com mudanças graduais e fases de acentuadas mudanças, algumas delas verdadeiramente excepcionais, como as ocorridas nos reinados de D. João I, de D. Duarte e D. Afonso V. Estes progressos culminariam na emergência e na consolidação de um novo sistema monetário, cujos contornos — assumimos a polémica

---

<sup>17</sup> Veja-se Javier Sáez Salgado, *Moedas de ouro de Portugal 1185-1889*, nota preliminar de José Miguel Correia Noras, Lisboa: Numisma, 2001, p. 15 a 93.

<sup>18</sup> Não há registo, entre nós, de uma outra unidade de conta ou unidade de cálculo que se tivesse transformado em “moeda intemporal”. Com efeito, os *reais* (ou *réis*) foram substituídos (em 1911) por *escudos*, a unidade monetária portuguesa do período republicano. Todavia, em 1913, surgiu legislação (Lei de 21 de Junho de 1913), determinando que os *milhares* e os *milhões de escudos* poderiam designar-se por *contos* e por *mil contos*, respectivamente, desde que a estas palavras não se seguissem nenhuma(s) outras de natureza restritiva. Aliás, todas estas disposições haveriam de sair reforçadas mediante o estabelecido no Decreto n.º 42 899, de 4 de Abril de 1960.

Adormecido para a história, com a perda da nossa soberania neste domínio, o *escudo* deu o lugar ao *euro*, em 2002. Apesar disso, sempre presente nos cálculos, públicos ou privados, prevalecem o *conto* e os milhares de *contos*. O *conto de réis* (ou de *reais*), criado por D. Duarte, verdadeiramente nunca desapareceu de “circulação”. Moeda de conta, sem existência real, acabou por prevalecer, desafiando as leis e o próprio tempo.

Sobre o *conto*, como unidade de cálculo, poder-se-á ler o estudo de José Miguel Correia Noras, “Escrita do dinheiro: contos sim pontos não” em *Moeda – Revista Portuguesa de Numismática e Medalhística*, vol. 15, n.º 2, Abril – Junho 1989, Lisboa: Publinummus, 1989, pp. 57-61.

<sup>19</sup> O resultado da investigação de Francisco da Costa Magro poder-se-á ler na obra *Ceitis*, dada à estampa pelo Instituto de Sintra, em 1986, então presidido pelo Professor Doutor Mário Gomes Marques.

e a eventual solidão na sua defesa — consideramos deveras avançados para a sua época, particularmente no que toca à adopção de um sistema decimal precoce com D. Duarte, sem esquecer a criação da mais duradoura unidade de conta portuguesa.

Concluído, no reinado de D. Manuel I, o edifício do sistema monetário moderno, cuja abóbada é formada pelo *tostão* de prata, o nosso país emitiria a “primeira moeda de prestígio do mundo”. Designada por *português*, foi produzida em ouro praticamente puro e plagiada por importantes praças estrangeiras.

Curiosa e salomonicamente, o *português* foi o espécime que mais notoriedade deu ao nosso país. Cunhado por D. Manuel I e, igualmente, por D. João III, tornou-se no “dólar” da época das Descobertas. De tal forma projectou Portugal no espaço da glória e na dimensão da excelência, que povos como os alemães, os dinamarqueses, os polacos e os holandeses não hesitaram em copiá-lo, assinalando a sua conformidade com a moeda nacional, à semelhança do que, um milénio antes, os suevos fizeram relativamente à moeda de Roma.

Exibindo uma tipologia tão pouco original que nem sequer resiste à comparação com um *morabitino* ou com um *cruzado*, o *português de ouro* (de D. Manuel I) impôs-se, contudo, pela sua qualidade e pelo seu peso, quase desmesurado, intencionalmente concebido para expressar a grandeza de Portugal no mundo. Foi feito, não para ser admirado como obra de arte, mas para impressionar como testemunho da dimensão de um rei que venceu o mar desconhecido, chegando à Índia e ao Brasil.

*D. Manuel I, rei de Portugal e dos Algarves, daquem e dalém mar em África, Senhor da Guiné, da conquista, navegação e comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia* — um estandarte de títulos e de glórias para atestar a pureza do ouro amodado e garantir a exactidão do seu peso (35,5 gramas) preenchia a legenda da mais internacionalizada moeda de Portugal.

João de Barros<sup>20</sup> escreveu que “Por muitas coisas que façam [os reis] de qualquer género que sejam, nenhuma lhes dá maior nome que aquela pela qual acrescentaram à sua coroa algum justo e ilustre título”.

Nenhuma outra moeda de ouro fez render fidalgos e mercadores como os *portugueses* que D. Manuel mandou cunhar enquanto credenciais de Portugal na Índia. Também nenhuma outra moeda surpreendeu tanto a Europa, na Idade Moderna, como o

---

<sup>20</sup> João de Barros, *Ásia*, primeira década, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1988, p. 216. Estas considerações de João de Barros, publicadas na sua mítica *Ásia*, surgem assim transcritas por António Miguel Trigueiros em *Moeda dos Descobrimentos – Prestígio de Portugal no Mundo*, Lisboa: Edição do autor, 1983, p. 15.

*português de ouro*. Durante séculos, foi considerado a relíquia que Vasco da Gama levava, em 1498, na sua armada, quando cortou as águas dos oceanos para inscrever o caminho marítimo para a Índia entre os faustos mais relevantes da História de Portugal. Porém, estudos realizados nos anos setenta do século XX, demonstraram que tal espécie só viria a ser cunhada depois da primeira viagem à Índia

Sobre esta moeda, chamada *português*, já falaram numerosos autores. Ela prova que o ouro é o cunho da soberania, a fronteira dos limites do povo que fomos e do povo que somos — o melhor sinal do prestígio de uma época em que os portugueses trouxeram à humanidade novas fronteiras, onde introduziram uma religião e permutaram culturas e experiências civilizacionais. Nesses mundos, até então ignorados, navegadores, missionários e aventureiros portugueses deixaram, sobretudo, o nosso maior legado — a Língua Portuguesa, transcendida por génios como Luiz de Camões, Fernando Pessoa, Jorge Amado, José Saramago, Sophia de Melo Breyner e Mia Couto.

Com D. Manuel I, Almeida conheceu um dos seus períodos áureos, este bem expresso em vultuosos investimentos militares e na outorga de novo foral (1510). Sobre os progressos em Almeida, durante a vigência do segundo sistema monetário nacional, beneficiámos das lições proferidas por personalidades notáveis da intelectualidade portuguesa como são os casos dos Professores Doutores Adriano Vasco Rodrigues e João Campos.

No que se refere ao terceiro e último sistema monetário português, sabemos que o seu início foi definido pelo Decreto de 22 de Maio de 1911, assinado por José Relvas, enquanto Ministro das Finanças. Apesar do estabelecimento, nesta data, de um sistema baseado no *escudo*, como unidade monetária, importa referir que as primeiras moedas cunhadas com este valor facial só surgiram em 1914, ano do começo da Primeira Grande Guerra. Tal coincidência explica a disposição exarada na Lei do “Orçamento de Estado”, para o ano económico de 1914/1915, afectando a respectiva “senhoriagem” a despesas de guerra.

Com a crise gerada por este conflito mundial, acentuou-se a escassez de metais. O valor intrínseco de diversas moedas superou largamente o seu valor facial, implicando a sua retirada de circulação e consequente reutilização. Na falta de moeda divisionária estatal, que permitisse assegurar o comércio em cada concelho, a maioria dos municípios procedeu à emissão do chamado “dinheiro de emergência”, à semelhança do que, em anteriores momentos, já havia ocorrido.

Embora a Vila de Almeida, “Fronteira e Fortaleza de Portugal”, tenha sido protagonista de relevantes conflitos bélicos no seu território, a verdade é que somente produziu “dinheiro de emergência” depois do fim de uma guerra, a de 1914-1918, cujas batalhas decorreram bem longe das suas históricas delimitações.

A singularidade do “dinheiro de emergência” de Almeida consiste, essencialmente, na escolha da sua fortaleza abaluartada para ilustração da chapa de cada cédula. Os valores emitidos foram de um e de quatro centavos, com diferentes variantes, em tons de verde, de violeta, de azul e de vermelho. Todas as cédulas, datadas de 1921, foram valorizadas com a impressão do nome do Presidente da Comissão Administrativa de Almeida, Raul Eduardo Costa. Sobre cada cédula foi apostado o selo branco então em uso na autarquia almeidense. Até aos anos oitenta do século XX, existia no acervo da autarquia um conjunto de exemplares de cada cédula. Segundo apurámos, tais relíquias já não constam do respectivo arquivo, por decisão dos autarcas que dirigiram o município, nesse período. Entretanto, o volume de informações reunidas, ao longo de mais de duas décadas de pesquisa, impõe-nos a responsabilidade de plasmar em obra, com diferentes contornos, todos os elementos apurados, mormente no que respeita ao processo de formação das decisões em Almeida, aos litígios com a Tutela e, fundamentalmente, aos benefícios resultantes desta breve e única experiência emissora em tão mítica autarquia.

Almeida constitui um exemplo na associação da sua fortaleza ao “dinheiro de emergência” que mandou emitir em 1921. É, aliás, o único que privilegiou este tipo de monumento histórico de incomensurável valia patrimonial, cujo reconhecimento aguarda ver formalmente explicitado pela UNESCO.

Evaporadas as dúvidas, porque despida a verdade histórica, constatamos que não existe outro exemplo tão paradigmático em Portugal, quer no seu território europeu, quer nas possessões ultramarinas que administrou durante séculos. Para chegarmos a esta exclamação, com que fechamos o presente esboço, tornou-se necessário compulsar cerca de 3200 espécimes de “dinheiro de emergência” de distintas proveniências concelhias do nosso país, tarefa que constitui, em seu resumo, uma prova de vida, tesouro que enriquece as memórias e desmemórias dos nossos dias.

***José Miguel Correia Noras***



## Notas finais

1. José Miguel Correia Noras não segue as normas do “novo acordo ortográfico”, enquanto tal documento não for subscrito por todos os países lusófonos.
2. A presente comunicação, concebida para o 8.º *Seminário Internacional de Almeida*, só poderá ser parcial ou totalmente utilizada, para diferente finalidade, mediante autorização expressa do autor e/ou do coordenador de tal evento científico.

## Bibliografia

BARROS, João de, *Ásia*, primeira década, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1988.

CAMPOS, João — *Almeida – O Castelo de D. Dinis, Fronteira de Portugal*, Almeida: Câmara Municipal de Almeida, 2014.

HEISSE, Aloïsse — *Discipción general de las monedas hispano-cristianas desde la invasion de los árabes*, 3 vol., Madrid: Milagro, 1865.

LOPES, Fernão — *Crónica del Rei dom João I da boa memória*, primeira parte, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973.

MAGRO, Francisco da Costa — *Ceitis*, Sintra: Instituto de Sintra, 1986.

MARQUES, Mário Gomes — *História da Moeda Medieval Portuguesa*, Sintra: Instituto de Sintra, 1996.

NORAS, José Miguel Correia — “A new hypothesis on the origin of the *real* issued in the name of Beatriz, Queen of Castile and Portugal”, *Problems of medieval coinage in the Iberian Area*, Aviles: Sociedad Numismatica Avilesina/Instituto de Sintra, 1986.

NORAS, José Miguel Correia — “Contributos de Santarém para a Numismática Portuguesa”, em *Temas de História do Distrito de Santarém – Comunicações apresentadas ao I Colóquio sobre História Regional do Distrito de Santarém (1987)*, organização e introdução de António Pedro Manique, Santarém: Escola Superior de Educação de Santarém, 1987, pp 91-113.

NORAS, José Miguel Correia — *Real de D. Beatriz batido em Santarém?*, Lisboa: Numisma, 1988.

NORAS, José Miguel Correia — “Escrita do dinheiro: contos sim pontos não” em *Moeda – Revista Portuguesa de Numismática e Medalhística*, vol. 15, n.º 2, Abril – Junho 1989, Lisboa: Publinummus, 1989, pp.57 a 60.

NORAS, José Miguel Correia — *A Remessa de Santarém e as moedas do tempo do Infante Santo*, Santarém: Edição do autor, 2003.

NORAS, José Miguel Correia — “Ouro Português e Português de Ouro”, *O Ouro na Cultura Portuguesa*, Lamego: Museu de Lamego/Escola Superior de Educação de Viseu (Pólo de Lamego), Lamego, 11 e 12 de Março de 2005 [policopiado].

PINA, Ruy de — *Chronica d’El Rei D. Duarte*, col. Bibliotheca de Classicos Portuguezes, Lisboa: Escriptorio, 1901.

SALGADO, Javier Sáez, *Moedas de ouro de Portugal 1185-1889*, nota preliminar de José Miguel Correia Noras, Lisboa: Numisma, 2001.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo — *Numismática*, Lisboa: Círculo de Estudos Arqueológicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1962.

SEVERIM DE FARIA, Manuel — *Noticias de Portugal*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Lisboa Occidental: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1740.

TEIXEIRA DE ARAGÃO, A. C. — *Descrição geral e histórica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal*, 2.<sup>a</sup> ed., 3 vol., Porto: Livraria Fernando Machado, 1964.

TRIGUEIROS, António Miguel — *Moeda dos Descobrimentos – Prestígio de Portugal no Mundo*, Lisboa: Edição do autor, 1983.

## **Nota biográfica de José Miguel Correia Noras**

Presidente da Sociedade Numismática Scalabitana, membro efectivo do Centro de Investigação Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão (CIJVS), investigador do Instituto de Estudos Regionais e do Municipalismo “Alexandre Herculano” da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e investigador associado ao Centro de História da mesma Faculdade de Letras, José Miguel Correia Noras nasceu na Freguesia da Póvoa da Isenta, Concelho de Santarém, no dia 1 de Fevereiro de 1956.

É membro efectivo da APE – Associação Portuguesa de Escritores, da Sociedade de Geografia de Lisboa e da Academia Falerística de Portugal, bem como Académico da Classe de Letras da Academia de Letras e Artes. Pertence ao Quadro de Honra da Sociedade Brasileira de Heráldica, sendo seu “Associado Emérito” desde 30 de Julho de 2004. Na Assembleia de Académicos de Número da Academia Portuguesa da História, realizada a 11 de Julho de 2012, foi eleito Académico Honorário desta instituição científica.

Por eleição realizada em 29 de Maio de 2014, cabe-lhe a presidência do Conselho de Curadores da Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico, sendo, ainda, membro do Centro Lusíada de Estudos Tecnológicos de Arquitectura e colaborador da Fundação José Saramago, na sequência do convite formulado por Pilar Del Río. Exerce, cumulativamente, as funções de Director-Geral da revista *Centros Históricos*, de Coordenador do Grupo “Mais Saramago” e de Vice-Presidente do Júri do Prémio Nacional de Arquitectura “Alexandre Herculano”.

Enquanto gestor de formação (e de profissão), presta consultoria a diversas instituições empresariais e culturais, em Portugal e em Angola. Está inscrito, como membro efectivo, na Ordem dos Economistas e na OTOC (Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas).

Desempenhou as funções de Presidente da Câmara Municipal de Santarém (1992-2002), de Presidente da Assembleia Municipal de Santarém (2002-2005) e de Presidente da Assembleia Distrital de Santarém (1994-1999). Ocupou, igualmente, os cargos de Coordenador das “Primeiras Campanhas de Alfabetização do Distrito de Santarém” (efectuadas após o “25 de Abril”), de Administrador do CNEMA – Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas, entidade promotora da Feira do Ribatejo/Feira Nacional de Agricultura (1992-2002), de Presidente da Assembleia da

Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo (2004-2005) e de Vereador da Câmara Municipal de Lamego (2006-2009).

No plano nacional, foi Presidente do Movimento dos Municípios pela Paz, Ambiente e Cooperação (1993-2002), membro do Conselho Geral da Comissão Nacional da UNESCO (1993-1994 e 1999-2004), Presidente da Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico (1994-2002), deputado à Assembleia da República (VIII e IX Legislaturas), membro da Comissão Consultiva do Movimento Português para a Cooperação e Solidariedade com África – MPCA (1997-2002), membro do Conselho Consultivo do IPPAR (1997-2004) e Presidente da Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios Portugueses do Vinho (2007-2009).

Fez parte do grupo de peritos (externos) que apreciaram as candidaturas no âmbito do Programa Operacional Regional de Lisboa (QREN 2007-2013), no que toca à “Regeneração Urbana”, envolvendo 12 municípios da Área Metropolitana de Lisboa.

Na qualidade de colunista, prestou colaboração nos jornais *O Século*, *PortugalHOJE*, *O Mirante*, *O Ribatejo*, *Correio do Ribatejo* e *LAMEGOhoje*, actual *DOUROhoje*. Da sua bibliografia, fazem parte as seguintes obras: *Real de Beatriz batido em Santarém?*, *A note on the arenço as an unit of weigth*, *Heráldica do Município de Santarém* (projecto e introdução da obra), *A Remessa de Santarém e as moedas no tempo do Infante Santo*, *Santarém e o Magreb* (ficha numismática de D. Afonso Henriques), *As palavras mansas esmagam os ossos*, *A asa do meu orgulho duriense*, *Vozes do Ventre da Lua* e *Contributos dos municípios para a salvaguarda do património*. Possui trabalhos publicados nas seguintes antologias: *José Saramago, 90 anos 90 palavras* e *Abril – 40 Anos*. Conforme assinalou o Professor Marcelo Rebelo de Sousa, no seu programa dominical da TVI, em 10 de Abril de 2011, *Vozes do Ventre da Lua* constituiu a última obra prefaciada por José Saramago. O texto do Prémio Nobel, inserto neste livro, foi escrito no dia 9 de Fevereiro de 2010, intitulando-se “Um homem renascentista”.

À biblioteca da freguesia de Amiais de Baixo, no concelho de Santarém, inaugurada no dia 24 de Junho de 2001, foi atribuído o nome “Biblioteca José Miguel Noras”, em conformidade com as deliberações unânimes das competentes Junta e Assembleia de Freguesia.

A criação do “Dia Nacional dos Centros Históricos Portugueses”, em 28 de Março de 1993, ficou a dever-se a uma proposta de José Miguel Correia Noras. O mesmo sucedeu com a instalação, em Santarém, do Consulado do Brasil, fruto de uma

sua proposta aceite pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso no dia 14 de Julho de 1998.

O ex-Presidente da República, Doutor Jorge Sampaio, atribuiu-lhe, em 23 de Janeiro de 1997, a comenda da Ordem do Infante D. Henrique, e, em 10 de Fevereiro de 2006, o grau de Grande Oficial da Ordem do Mérito, enquanto que o Governo lhe outorgou, em 1 de Fevereiro de 2005, a Medalha de Mérito Cultural da República Portuguesa.

Mercê dos trabalhos realizados em prol da valorização do património cultural no Brasil, o Presidente Fernando Henrique Cardoso condecorou-o, em 4 de Julho de 2002, com a Ordem de Rio Branco. Ainda no Brasil, foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem do Mérito Cívico e Cultural, condecoração oficializada pela Portaria n.º 153, de 4 de Junho de 1965, do Ministério da Educação e Cultura daquele país, e conferida pela Sociedade Brasileira de Heráldica, em 22 de Abril de 2005. Antecedendo estas distinções, a cidade brasileira de Santarém haveria de lhe conceder, em 10 de Maio de 2000, a Medalha de Honra do “Mérito Legislativo Municipal” (sua condecoração máxima para cidadãos estrangeiros), mediante o Decreto-Legislativo n.º 001/2000, de 10 de Maio, aprovado por unanimidade pela respectiva Câmara Municipal (Poder Legislativo) de Santarém do Pará, na referida data.

A Câmara Municipal de Lamego deliberou, também por unanimidade, no dia 23 de Setembro de 2008, atribuir-lhe o título de Cidadão Honorário de Lamego e a Medalha de Ouro desta Cidade. Por sua vez, o Instituto Politécnico de Santarém concedeu-lhe o título de Professor *Honoris Causa* e a respectiva Medalha de Ouro, em cerimónia presidida pelo Secretário de Estado do Ensino Superior, no dia 5 de Junho de 2012.

José Miguel Correia Noras, licenciado em Gestão de Empresas, concluiu o seu Doutoramento no ramo de História, especialidade de História Regional e Local, na Universidade de Lisboa, com a classificação máxima de “Aprovado com Distinção e Louvor” (atribuída por unanimidade) no dia 20 de Março de 2012.

Ganhou o Prémio Nacional “Memória e Identidade”, distinção que lhe foi conferida em cerimónia solene realizada, na cidade de Lagos, no dia 28 de Março de 2014.

É pai de José Miguel Raimundo Noras e de Francisco Miguel Raimundo Noras.